

CONSELHO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

ATA 06

DATA: 09 de agosto de 2005

JÚLIO PUJOL (Coordenador): Estão abertos os trabalhos. Essa é a nossa primeira reunião sob a nova coordenação do COP, eleita na última reunião. Estão abertas as inscrições para as Comunicações. (Pausa.) O primeiro inscrito é o Lafaiete. **CONSELHEIRO PAULO LAFAIETE (Sindicato dos Municípios de Porto Alegre):** Boa noite. É uma solicitação de conserto na rua São Manuel, na parada de ônibus, em direção ao Centro, depois da Luís de Camões. Essa comunicação é para a SMT ou para a EPTC. Obrigado. **CONSELHEIRO MARCO ANTÔNIO (Região Nordeste):** Boa noite. Tenho aqui uma ata feita pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em uma reunião que tivemos da CLIS-2, no dia 03 de agosto. E quero ler uma pergunta que fiz para a gerente regional da região Nordeste, sobre o nosso problema que está ocorrendo na comunidade da Chácara da Fumaça, pois o nosso clínico geral saiu em férias e não haverá nenhum médico para fazer a substituição, e que então estamos aqui para fazer essa demanda para o atendimento do nosso posto. Esse foi o pedido à doutora Eliana Ferreira. E ela responde: “Marco Antônio, desde o dia primeiro de janeiro existe essa necessidade de aumentar o número de profissionais para atender aos postos de saúde. Mas, hoje, infelizmente, estamos esbarrando num problema insolúvel, pois as despesas com pessoal dentro dos quadros de funcionários da Prefeitura de Porto Alegre já atingiu os índices estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece um limitador para essas despesas, o qual não pode ser ultrapassado. Sendo assim, por enquanto, não podemos contratar nenhum médico, enfermeiro, ou qualquer outro profissional. E para que essa situação mude temos de trabalhar em cima do crescimento da receita do Município, para que só depois possamos pensar em novas contratações para melhorar os serviços de atendimento na área de saúde do Município”. Temos vinte mil pessoas na unidade de Saúde da Chácara da Fumaça e temos dois clínicos, um saiu de férias e o outro não vai vir porque não pode, a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite. É isso que estamos vendo agora. Trabalharam bastante em cima da saúde, que estava um caos, e olhem a resposta da nossa gerente regional, doutora Eliana Ferreira. Não aceito esse tipo de resposta e quero que a Prefeitura dê um jeito, porque vinte mil pessoas com um clínico geral somente é impossível, pelo amor de Deus. Isso é vergonhoso. Sou um defensor da comunidade e estou aqui denunciando esse fato. Era isso. Obrigado. **CONSELHEIRO RONALDO ENDLER (Região Sul):** Boa noite a todos. Fui procurado na região por várias entidades que são conveniadas, creches conveniadas, que me relataram que está acontecendo um problema sério, e gostaria que o governo prestasse atenção, que diz respeito à formação desse pessoal, que tinham até uma isenção, ou um desconto na formação desse pessoal, e hoje em dia se paga por tudo quando se tem que fazer esse trabalho de formação de pessoal que trabalha com as creches. Eles têm me perguntado bastante sobre isso e então eu gostaria de saber como é que está funcionando isso, porque me disseram que anteriormente não eram nem pagas essas formações e quando pagas eram valores irrisórios. Outra coisa: também me relataram que os vales-transportes da prefeitura ainda não chegaram em muitos lugares. O vale é descontado no dia 30 e no dia 8 o

pessoal ainda estava pagando pelas passagens de ônibus. Gostaria de uma resposta para isso. Obrigado. **CONSELHEIRO CARLOS BOA NOVA (Temática de Circulação e Transporte):** Boa noite. Desde 1999 estamos fazendo pesquisas de legislação com referência a direitos humanos e inclusão social, de pessoas portadoras de deficiência, mas há alguns dias encontrei a Lei Complementar n.º 451, que diz respeito a todos nós, diretamente do Orçamento Participativo. Essa lei é de 28 de julho de 2000, e “constitui em caráter permanente o Conselho Municipal dos Direitos Humanos”. No seu art. 6.º, Inciso XXV, onde trata da composição do Conselho, dizendo quem tem direito a cadeira nesse Conselho Municipal, entre outros diz: “Um representante eleito pela comunidade em cada fórum regional do Orçamento Participativo”. Estive na Câmara ontem, essa lei está em pleno vigor, nenhum artigo veio modificar, então portanto se está em pauta gostaria que constasse em ata para que no momento da composição desse fórum tivéssemos direito a ter dezesseis cadeiras no Conselho Municipal de Direitos Humanos, porque aqui, segundo meu entendimento diz que é uma cadeira para cada fórum regional, e temos dezesseis fóruns regionais. Resta saber se poderemos também interpretar as seis temáticas como fóruns regionais. Mas entendo que são no mínimo dezesseis cadeiras. **JÚLIO POUJOL (Coordenador):** Quero comunicar ao Boa Nova que a coordenação vai apresentar uma proposta de pauta para o mês de agosto e esse tema já está pautado. **CONSELHEIRO NELSON GUIMARÃES (Região Leste):** Boa noite a todos. Primeiro, quero fazer constar que a ata está incompleta. Gostaria que a mesa tomasse providências. Em segundo lugar vou relatar um fato que aconteceu na região Leste, durante uma reunião da saúde, em que estava presente a doutora Eliana, gerente regional da Leste-Nordeste, que vem mais ou menos no mesmo caso do companheiro da região Nordeste, onde estávamos tratando da saúde, e a mesma não aceitou os posicionamentos contrários naquela reunião, e se retirou no meio da reunião. Ela agiu de forma discriminatória em relação aos outros profissionais da saúde, dizendo que o papel do Médico é trabalhar ao lado dele, do Enfermeiro é outro, desconstituindo totalmente aquela questão da transversalidade, do acompanhamento, da equipe do posto de saúde sendo totalmente discriminada, e vem tentando criar mais um órgão para os Médicos gerenciarem e ganharem dinheiro, porque apesar de tudo ela é Médica, e saiu antes de terminada a reunião. Dito isso, amanhã, dia 10, é o dia da consulta popular. Quero fazer um pedido ao Conselheiro que está representando esse conselho na consulta popular, que trouxesse detalhadamente o que foi investido, o que foi pago e quais as obras executadas na consulta popular, porque até o momento não sabemos de nada. E outra coisa, o Governo Estadual diminuiu os investimentos, de 317 milhões, para 100 milhões de reais, menos do que a Prefeitura vai investir, se é que ela vai investir diretamente nisso. Ontem na TV-COM o vice-Governador deixou bem claro que eles não abrem mão de governar. Ele até nem queria consulta popular nesse ano, para colocar tudo nas pastas dos secretários, já que foi colocado muito mais dinheiro nas secretarias do que a própria consulta popular. Aqui quero lembrar a visita de um deputado da Venezuela no ano passado, e isso é para reflexão. Quando comentávamos sobre Orçamento Participativo ele fez a seguinte indagação: “quero saber de que forma o Orçamento Participativo pode ser contaminado.” Eu fui bem claro para ele: “Deputado, o Orçamento só pode ser contaminado quando o governo coloca membros da sua base no Conselho.” Obrigado. **CONSELHEIRA**

ROSÂNGELA GOMES (Região Humaitá/Navegantes/Ilhas): Boa noite. Estamos com um boato na região de que eles querem tirar o CROP da região, o Cristiano. Ele está trabalhando, é da parte do governo, ele se dispôs a ir na região, ele está indo em todas as vilas ao encontro dos líderes comunitários. Está fazendo um ótimo trabalho nesses seis meses em que ele está conosco, está atuando muito bem na região, então nós fizemos uma manifestação, os delegados e conselheiros do orçamento, está aqui o papel, e nós vamos entregar à mesa, para que ele não seja retirado da nossa região, porque ele está fazendo um trabalho muito bom. Ele vai na vila, liga para mim para saber se está acontecendo o que a gente está pedindo nos fóruns de serviços. Então, solicito que não seja retirado aquele companheiro de lá, porque é ótimo, está trabalhando junto com nós, e se o lema do governo é ficar o que está bom, eu acho que ele tem que ficar na nossa região. Obrigada.

CONSELHEIRO HAMILTON VIEGAS (Temática de Circulação e Transporte):

Boa noite. A minha preocupação é que um dos compromettimentos da nova administração é tentar colocar em dia o que está atrasado. Na Temática de Circulação e Transporte houve a conquista da ligação da rua que passa atrás do Olímpico, em direção ligando com a Av. Cruzeiro, com a Tronco, mas a minha preocupação é que talvez não tenha verba para se fazer nesse ano, talvez nem no ano que vem, então tem que se buscar um financiamento, porque é uma obra de custo alto, e é a única perspectiva que se tem de se fazer para a região Sul uma via que tenha um corredor viário de ônibus. Já se sabe do esgotamento que tem pela Beira-rio e também pela Azenha, Carlos Barbosa e assim por diante. Ocorre que os moradores da Moab Caldas, da Tronco, da Cruzeiro, aumentam o muro em um palmo, então um aumenta em um palmo, o outro em mais um palmo, já são quarenta, quer dizer estão estreitando o espaço da construção dessa via, e não há resposta do governo. A minha expectativa, tendo em vista a dificuldade econômica do Município, é que o Fogaça já metesse o pé na porta no sentido de que haja uma fiscalização, porque não está a contento o serviço de fiscalização da prefeitura no que tange à SMOV. As calçadas estão ocupadas e as pessoas já estão em situação de risco. São crianças que saem da escola e têm que disputar com o automóvel, porque não tem mais acostamento, o que é um absurdo. A coisa, em vez de melhorar, está piorando. Então, gostaria que fosse alertado o governo, e principalmente o Fogaça, porque ele não deve estar sabendo de uma coisa como essa. A segunda questão que foi levantada, quando a que não tem que se contratar mais médicos, acho que a prefeitura está certa, só que tem que fazer com que os Médicos trabalhem, e só tem um instrumento incorruptível, que é colocar o relógio ponto meu amigo. Se cobra do arigó tem que cobrar do Médico, se cobra da Enfermeira tem que cobrar do Médico. Senão um protege o outro e dá no que era antes, ou pior. Obrigado.

CONSELHEIRO MÁRIO LEITE (Região Extremo-Sul):

Boa noite a todos e todas. Faço um agradecimento às pessoas que votaram no meu nome para a coordenação do Conselho, mesmo não me conhecendo. Agradeço a todos de maneira muito respeitosa e desejo aos novos que estão assumindo que tenham um bom trabalho. Para o Governo: no Jornal Correio do Povo de hoje tem uma nota, na pág. 4, de uma suposta moradora da minha região, Sra. Selma dos Santos Pacheco, que quer saber dos órgãos competentes quando serão implantados os táxis-lotação para a Restinga e Belém Novo. Já tinha abordado isso quando da Temática de Circulação e Transporte, no Ginásio Tesourinha, e aqui também já falei no dia em que o Sr. Sena estava aqui. Tenho aqui um projeto de lei

do governo anterior, assinado pelo Executivo, através do Sr. João Verle, o processo de número 3.174 de 2004, um PLE do dia 25 de março. A Lei é a n.º 9.229, de 03 de outubro de 2003. Nós que moramos na Extremo-Sul e Restinga estamos há trinta e dois quilômetros do centro de Porto Alegre. A viagem é de uma hora e meia. É ingrata a viagem. É quase o mesmo que ir até Sapucaia. Então, estamos solicitando isso com a máxima urgência. Tenho em mãos também o Jornal Destaque, da nossa comunidade, que fala de uma linha seletiva para a zona Sul, impedida por liminares. É a empresa de Pantano Grande que entrou com ação na Justiça reivindicando porque não teria supostamente participado da licitação, mas isso já saiu no nosso jornalzinho aqui. E no próprio jornal do CAR-Restinga/Extremo Sul, no ano passado, 2004, já falava que “a Restinga terá o seu transporte coletivo”. Então, com base nesse documento gostaria que isso fosse encaminhado à Secretaria competente e nos dessem uma resposta por escrito, porque a comunidade está aflita e quer saber. Agradeço se esse documento for conseguido. Obrigado. **CONSELHEIRA**

ADACLIDES LEITE (Região Restinga): Boa noite. Primeiro gostaria de falar para o governo que os ônibus na Restinga quando foram implementados lá não era com alimentadora o terminal do ônibus. Em segundo lugar quero fazer um desabafo, porque espero que os trabalhos que forem feitos nas comunidades não tenham mãos de governo, e panelas não. Isso não vou aceitar. Caso contrário prefiro sair do Conselho, se for para se fazer isso. Espero que essas coisas sejam conversadas, é melhor sentarmos e termos reuniões com os conselheiros, porque as coisas não podem ser a *bangu*. Espero que as coisas tenham um outro perfil. E espero que sejam trazidos os Pls atrasados para as regiões, porque a qualquer hora estamos fazendo o de 2006, serão feitos outros serviços e os Pls atrasados vão ficar realmente atrasados, e o governo não vai conseguir implementar o que queria.

CONSELHEIRO PEDRO MARTINS (Região Noroeste): Boa noite aos componentes da mesa, aos nossos companheiros conselheiros e conselheiras. Inicialmente gostaria de parabenizar as pessoas que foram eleitas para a nova coordenação, desejando a eles que tenham conhecimento para conduzir esse COP, o que é de extrema responsabilidade. Segundo, tivemos uma reunião com o Secretário da SMAM, no dia 6, para resolver um problema da nossa praça, onde funciona a Feira Modelo do bairro Jardim São Pedro. Tivemos a presença da comunidade e é um problema que realmente precisamos resolver, a respeito de uma certa conduta dos feirantes, e não falo de todos, porque eles receberam tudo pronto, muito bem elaborado o local da feira, mas alguns deixavam lixo no local, o que está sendo organizado. Não temos nada contra eles, até demos um apoio, porque realmente muitas pessoas realmente precisam trabalhar, precisam ganhar o seu dinheiro, mas que quando terminarem o serviço que eles deixem em condições para a comunidade. A presença das pessoas foi muito boa, todos participando, e juntamente com o Senhor Secretário. Obrigado e boa noite, **CONSELHEIRO OMAR**

SIQUEIRA (Região Cruzeiro): Boa noite. Eu iria abordar outro assunto, mas por oportuna intervenção de outro Conselheiro vou-me ater a que ele falou, no que se refere a uma situação existente na região Cruzeiro. Foi falado aqui que na Av. Moab Caldas, em determinados trechos, o passeio é muito estreito e colocaria em risco a vida das pessoas que moram ali junto àqueles passeios estreitos. Por volta de 1982, 83, 84, por aí, tivemos uma luta muito grande para que aquela avenida, no trecho que costeia o Postão, na frente no Posto de Saúde, não fosse aberta sem que aquelas

peças que moravam ali, em malocas, junto ao Posto de Saúde, tivessem outro local para ir. E outro local, depois de muita luta, nas mais variadas esferas e instâncias, foi lá na encosta do IPE (Instituto de Previdência do Estado) que tem um conjunto habitacional, e conseguimos o desmembramento para que aquelas pessoas que moravam junto ao Postão pudessem ir para lá a fim de que a avenida fosse aberta, e isso foi feito. Entretanto, a prioridade era a abertura da avenida para dar vazão, da Azenha até o Cristal. A questão das habitações ficaram junto porque implicava outro problema, um problema de remover mais algumas dezenas e dezenas de habitações. Esse problema permanece até hoje, e foi oportuna a lembrança, mas para que ninguém pense que o pessoal da Cruzeiro não está atento, não conhece e não quer a solução, é que estou abordando. É que para removermos dali não se sabe para onde, cerca de 100 famílias, é um problema extraordinário. E tanto é que fora essa problema o governo que passou deixou um saldo negativo de mais de 60 milhões em obras por fazer. Agradecemos pela lembrança, pela menção ao problema, mas quero dizer que estamos atentos. Obrigado. **CONSELHEIRO JULIANO FRIPP (Região Centro):** Boa noite. Quero parabenizar os Conselheiros e Conselheiras que se elegeram para a coordenação do COP, principalmente a minha amiga Marlene, minha companheira artesã. Quero desejar uma boa coordenação, que sigam a linha que foi feita anteriormente, até meia dura na hora de fazer as deliberações e levar as nossas reivindicações ao governo, porque é isso que esse COP quer. Acredito fielmente que os conselheiros eleitos irão levar as reivindicações desse COP, não vão trabalhar para partido algum ou para o governo. Na esquina democrática estamos com um painel com a foto dos trinta e seis Vereadores, e com a pergunta: “Qual desses Vereadores votará pelo extermínio do comércio informal de rua.” Gostaria que todos vocês fossem lá prestigiar o que estamos fazendo, que é um movimento que representa mais de 4 mil pessoas que trabalham diretamente, e mais de 20 mil pessoas que trabalham indiretamente no comércio informal, e que agora estão correndo o risco de perderem o seu único espaço que têm para trabalhar, que é a rua. Sempre falamos que o governo venha com uma alternativa, que será bem-vinda, mas da maneira como está sendo colocada não estamos aceitando. Queremos um espaço horizontal. O projeto está indo do Executivo para a Câmara de Vereadores, e agora quem está para votar serão os Vereadores. **CONSELHEIRO SÍLVIO ALEXANDRE (Região Eixo Baltazar):** Boa noite a todos. Gostaria de falar sobre a questão da EPTC. A comissão de Trânsito e Transporte, da região Eixo Baltazar, tem uma situação que está preocupando muito, que é o pouco retorno das nossas demandas, à comissão, por parte das pessoas que representam a EPTC na região. A começar que em janeiro e fevereiro demos um compreensível tempo para o governo se organizar. De março para cá foram seis reuniões da comissão de Trânsito e Transporte, e em cada reunião um assessor comunitário se apresentou como novo assessor, e que era tudo com ele. Na verdade tivemos dois retornos até agora, em praticamente sete meses, com uma parada consertada no Costa e Silva e uma parada consertada no Rubem Berta, sendo que fizemos várias reivindicações, como sinaleira para pedestres e outras. Fizemos propostas para as pessoas que representam o novo governo, como a questão da linha rápida, que tem uma parceria com a METROPLAN, enfim, como é que estavam essas questões e não houve retorno. Nas duas últimas reuniões veio o mesmo assessor e disse que estava tudo resolvido. E

nós dissemos a ele que não estávamos vendo o serviço. Ele disse que estão tudo encaminhado ao setor técnico. Fazem dois meses, e temos tido paciência, mas o governo tem que arregaçar as mangas e trabalhar, porque não podemos entender que um assessor comunitário, que assume um cargo importante, não se aproprie da secretaria onde ele está trabalhando. Acho que isso deve ser dito a essas pessoas que estão ocupando esses cargos e que estão lá na ponta, trabalhando com a comunidade. Porque não há retorno. E solicitamos e falamos isso para ver se há eco, para ver se há retorno para as nossas demandas. Para finalizar, esse assessor nos disse que estava havendo problemas de disputas internas dentro da EPTC. E essa situação não interessa à comunidade, e são problemas que a Secretaria tem que resolver. **CONSELHEIRO DILMAIR DOS SANTOS (Temática da Cultura):** Boa noite a todos e todas. Cumprimento os integrantes da mesa e todos os conselheiros e conselheiras que foram eleitos para a nova coordenação. Desejo a todos uma boa gestão, e que seja acima de tudo essa coordenação propositiva a esse governo. E aproveito a oportunidade para fazer um elogio, um voto de louvor, ao Secretário Cezar Busatto, que de forma muito corajosa tornou público o fato de ser paciente de câncer de próstata, fato tão comum hoje entre os homens a partir dos 40 anos. Entendo importante essa posição do Secretário Cezar Busatto para que possamos dar visibilidade a uma questão grave do ponto de vista da saúde, incentivando a que os homens façam esse exame, já que existe muito preconceito em relação a essa atitude. E quero dizer que somos totalmente contrários à posição do governo em relação ao shopping popular, até porque existem outras alternativas, e temos acompanhado essa luta dos trabalhadores informais. Existem as feiras livres, os espaços ociosos na cidade, tipo terminal da Azenha, do Largo Zumbi e tantos outros espaços públicos que existem, e poderíamos estar criando junto com os trabalhadores outras alternativas que não fossem aquela de tirar o trabalhador de junto daqueles que compram. Os camelôs não têm recursos para investir na mídia. E para finalizar quero dizer que temos de construir aqui nesse fórum uma agenda mínima para estarmos discutindo tudo em relação aos Pls atrasados. Obrigado. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Estamos propondo cinco minutos para o Jakubazsko dar os informes a respeito da consulta popular que ocorre amanhã. **CONSELHEIRO ROBERTO JAKUBASZKO (Temática de Educação, Esporte e Lazer):** Prefiro ficar com os meus dois minutos. Não é preciso colocar em votação essa proposta. Quando setembro vier, mais precisamente no dia 18 o Parque Farroupilha, faz aniversário. Na verdade o parque faz aniversário no dia 19 mas a festa será domingo. Todos estão convidados para participar dos eventos e comerem bolo. Quanto à consulta popular foi citado que ninguém sabe nada. Tenho falado todas as semanas sobre o COMUDES. Na última semana essa plenária não permitiu a minha fala, e somente depois de acabada a reunião, quando já estávamos esvaziando, que pude falar. Mas, mesmo assim, vou continuar o meu trabalho. Quanto ao valor do Estado realmente não sei. Sei que são 11 milhões para Porto Alegre. Já tinha dito isso duas ou três vezes. As demandas para Porto Alegre foram: segurança, educação, saúde, trabalho, cultura, esporte, turismo, habitação, meio ambiente, e reforma agrária. São as dez prioridades para Porto Alegre. Foram em torno de duzentas demandas e o Estado sintetizou isso em exatamente 74. Todas as demandas estão aqui por ordem de número e valores. A partir da amanhã quem estiver interessado, nas salas 108, 110 e 112 aqui do Mercado, haverá

cartazes e material para todo mundo. Em torno de 400 urnas serão distribuídas em Porto Alegre, não sei exatamente todos os locais, mas a maioria das unidades da Brigada Militar vai ter, a polícia civil, hotéis, restaurantes, escolas estaduais, e alguns segmentos como sindicatos também estará recebendo, a partir das 8 horas da manhã. É possível também votar pela Internet. Na cédula vai haver seis demandas para o cidadão votar. Ele vai escolher seis números nas áreas em que ele tiver preferência e votar na cédula. O que for votado em Porto Alegre vai para consulta depois, no Delta do Jacuí, no CORED, onde vai se estabelecer as demandas. Pode ser votado com a carteira de identidade que depois será verificada junto ao Tribunal Eleitoral o número do título para evitar que a pessoa vote duas vezes.

CONSELHEIRO NELSON GUIMARÃES (Região Leste) (Questão de Ordem):

Quando me refiro à consulta popular eu quero o detalhamento da execução da consulta popular feita no ano passado, para saber o que é que foi executado, o que não foi e o que temos de obras atrasadas. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** O Mário levantou a questão do transporte na Restinga. O Secretário esteve aqui há um mês atrás e explicou a questão de haver um processo judicial o que está impedindo a questão da implantação do loteação na Restinga, e nós vamos fazer contatos para ver como se encontra a questão. Sobre os PIs atrasados, que a Adaclides levantou, o Secretário Portela esteve aqui numa reunião há mais ou menos um mês e se posicionou sobre a questão, sugerindo que os conselheiros levassem a discussão para as regiões e trouxessem propostas sobre o que é que esse conselho pensa em relação aos PIs atrasados, sobre se serão destinados 20%, 30%, 40% da verba orçamentária para os PIs atrasados. Essa discussão está colocada para as regiões trazerem propostas para o governo. Há regiões que já se posicionaram sobre isso, como a Lomba do Pinheiro, a Leste. Seria interessante que as outras regiões também discutissem isso e trouxessem para o governo. Sobre o Secretário Busatto, a previsão é de que ele se afaste pelo menos por quinze dias para fazer uma cirurgia. Está assumindo a Secretaria o Toni Proença, que é o Secretário Adjunto. E praticamente como último ato antes da sua cirurgia o Secretário Busatto esteve na Lomba do Pinheiro, onde praticamente anunciou a constituição do CAR da Lomba do Pinheiro, que será criado no centro cultural. A Secretaria de Governança instalará o CAR, e alguma coisa da SMOV também, uma oficina, garagem, alguma coisa assim, até para ocupar e dinamizar o espaço da Lomba. Foi aprovado na Temática da Cultura a revitalização daquele espaço cultural. Então, existe essa intenção de começar a fazer uma experiência de governança local e foi marcada para o final do mês uma reunião com as secretarias, de acordo com a pauta da região, para que se comece a fazer o embrião desse comitê de governança local. A Marlene vai dar os informes sobre a reunião da coordenação. Há um artigo do Regimento que prevê que na primeira reunião do conselho se defina a questão dos dias, se serão às terças e quintas, os horários, o período das comunicações. A coordenação está elaborando uma proposta e vai trazer na próxima reunião. Sobre o calendário do mês de agosto eu vou passar para a Marlene. O Juninho quer dar um informe. **JUNINHO (Secretaria do COP):** Em relação as atas quero pedir para a coordenação da mesa coloque em votação a ata da reunião anterior, e se não for aprovada que sejam colocadas as retificações a serem feitas. **CONSELHEIRO DILMAIR DOS SANTOS (Temática da Cultura) (questão de ordem):** Na verdade como é que vamos colocar em votação uma ata que está inconclusa, porque no meu

entendimento isso não é uma ata, é o resultado de uma eleição, porque saiu apenas a nominata dos Conselheiros eleitos. Queremos que a ata seja integral, como voto individual de cada um e a votação daqueles conselheiros que não foram eleitos.

JUNINHO (Secretaria do COP): Podemos solicitar para a empresa contratada a alteração da ata, para que seja acrescentado isso que o Dilmair solicitou. Não há problema nenhum.

CONSELHEIRO DILMAIR DOS SANTOS (Temática da Cultura): Apenas para reforçar o que disse, porque não considero, e acredito que o conjunto dos conselheiros que aqui estão também não, isso como sendo uma ata. Estamos solicitando que na próxima reunião esteja aqui a ata completa, na sua integridade. É apenas isso. Obrigado.

JÚLIO PUJOL (Coordenador): A mesa compreendeu a proposta do Dilmair e coloca para apreciação do plenário.

CONSELHEIRO OMAR SIQUEIRA (Região Cruzeiro) (Questão de Ordem): Sobre a questão da ata: não foi dito, mas é por demais óbvio, por demais evidente, salta aos olhos, que essa é uma ata sucinta. Mas, se vocês quiserem uma ata com todas aquelas discussões, aquelas agressões, aquelas baboseiras, se é isso que vocês querem, tudo bem, então digam isso. Mas essa ata como está, sucinta, ela resolve a finalidade para a qual foi feita. Ou vocês querem todas aquelas picuinhas, quem falou de quem, etc, etc.? Outra questão de ordem é que temos aqui no nosso regimento, na seção dois, Da Coordenação: o artigo 25 diz que à Coordenação do COP compete isso, e vai até a letra "X". Na letra "X" diz: "Divulgar, após as reuniões da coordenação, a ata da reunião com as deliberações e encaminhamentos e distribuir a todos os Conselheiros (as) na próxima reunião do COP." Isso nunca foi cumprido, e esperamos que essa coordenação cumpra a letra "X" do art. 25, do Regimento do COP. "

JÚLIO PUJOL (Coordenador): Quero informar que a nova coordenação elaborou a sua ata da reunião de hoje e na próxima reunião estará sendo distribuída. Então, vamos solicitar à plenária que levante o braço aqueles que desejarem uma ata mais detalhada, essa que foi distribuída hoje. (Pausa.) Os que se satisfizeram com o que foi distribuído levantem o braço. (Pausa.) Então, na próxima reunião, por decisão do plenário, essa ata que foi distribuída na noite de hoje será mais detalhada. A Marlene está com a palavra.

CONSELHEIRA MARLENE DE OLIVEIRA (Coordenadora): Como o Júlio já manifestou a ata da coordenação será apresentada sempre na reunião seguinte. Vamos colocar em discussão o calendário. As duas primeiras reuniões, na noite de hoje, e do dia 11, é para a votação da LDO, que deverá ser entregue no dia 16 para a Câmara. As outras duas reuniões seguintes serão para a formação das comissões. Então, dias 9 e 11 é para a votação da LDO. Dias 16 e 18 formação de comissões.

RICARDO ERIG (Gabinete de Programação Orçamentária): O que acontece é o seguinte: desde o final do mês de junho estamos discutindo, não somente nesse conselho mas também nas regiões, todas as que solicitaram, acerca do Plano Plurianual. Sabemos que há uma série de novos conselheiros, mas o Executivo enviou o Plano Plurianual para a Câmara de Vereadores, depois enviou uma mensagem retificativa para a Câmara de Vereadores, contendo todas aquelas contribuições desse conselho, que as regiões e temáticas haviam apresentado ao Executivo, e o Executivo repassou para a Câmara através de uma mensagem retificativa do Prefeito para a Câmara de Vereadores. E o prazo legal é a votação da proposta do Plano Plurianual até o dia 15 de agosto. Foram apresentadas emendas pela sociedade civil organizada, através de diversas entidades e também pelos

Vereadores, num total de 315 emendas ao projeto, e mais 14 subemendas. Isso tudo está sendo discutido na Câmara de Vereadores, existe um relatório pronto acerca de todas essas emendas. Mas, o que quero dizer para vocês é o seguinte: a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias, a proposta do Plano Plurianual, diz, no seu projeto de lei específico, que o PPA pode ser modificado tanto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, como pela Lei Orçamentária anual. Então, como governo, gostaríamos de garantir para vocês que todas aquelas contribuições, as alterações possíveis, para o PPA, para a LDO, e posteriormente quando estaremos discutindo, final de setembro, início de outubro, a Lei Orçamentária anual, que fossem encaminhadas para nós. Estivemos em diversas reuniões na cidade, nas temáticas, discutindo o PPA, e concretamente aquelas contribuições que recebemos do conjunto da cidade, incorporamos na mensagem retificativa. **CONSELHEIRA MARLENE DE OLIVERIA (Coordenadora):** Então, dia 11 seria LDO; dia 16 e dia 18, comissão. Dia 23, comissão, se ainda não estivermos terminado. Dia 25 está em aberto. Dia 30 reunião de conselheiros. O Sérgio tem uma sugestão. **CONSELHEIRO SÉRGIO AMARAL (Região Cristal):** Sobre o calendário: com essa informação que o Ricardo está trazendo é preciso que a gente tome uma posição. O governo está dizendo que aceita que entreguemos propostas retificativas ao PPA, mas ao mesmo tempo está dizendo que será votado no dia 15. Acho que temos de aproveitar a oportunidade e marcar espaço. Temos um novo conselho, um novo governo e a Câmara de Vereadores precisa compreender essa posição, porque se deixarmos passar batido nesse caso vai começar a passar uma boiada por essa porteira. Se não dissermos que o Conselho tem uma proposta retificativa sobre o PPA daqui a pouco eles vão começar a discutir tudo lá, fazendo de conta que nós não existimos, porque nós mesmos não sabemos nos impor. Então, temos que nos posicionar, porque caso contrário estaremos autorizando a Câmara, de maneira implícita, a fazer isso. A proposta de calendário é que se mantenha a discussão nos dias 23 e 25 mas com esse adendo de que o governo faça a parte dele, porque do contrário acho que esse Conselho tem que ir na Câmara fazer o seu papel. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Há mais alguma proposta de calendário? **CONSELHEIRO NELSON GUIMARÃES (Região Leste):** De acordo com o que falou o Conselheiro da Nordeste, o Marco, e mais algumas pessoas falaram, em relação aos problemas da saúde, que era um problema, uma questão de gerenciamento, estamos vendo que não é uma questão de gerenciamento. Gostaria que no dia 25 pudéssemos trabalhar as unidades básicas de saúde e seus problemas, que é algo bem mais concreto do que ficarmos aqui debatendo um assunto que já foi resolvido pela prefeitura. **CONSELHEIRA MARIA LÚCIA (Malu)(Temática de Educação, Esporte e Lazer):** Estive sexta-feira num seminário da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, e estavam discutindo as emendas do PPA voltadas para essa área da infância e da juventude. E a informação que tive é de que não deveríamos aprovar a LDO sem estar em consonância com o PPA, porque pode ocorrer que a gente aprove na LDO coisas que estão sendo retiradas do PPA na Câmara. Então, temos de estar atentos a isso. E a informação que tive pelo programa Câmara 2, ontem à noite, é que amanhã estará sendo votado e no dia 11 encerra a discussão do PPA na Câmara. Então, acho que temos de ter um entendimento sobre isso. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** O prazo final para a votação do PPA é o dia 15 de agosto.

CONSELHEIRO CHIQUINHO (Região Centro): A minha preocupação é a seguinte: estou vendo que estamos entrando num assunto que está se arrastando, o que é importante, mas na LDO temos que dar as diretrizes básicas do que é que queremos, e estamos esquecendo dos Pls atrasados, estamos esquecendo de como gerenciar as demandas, esquecendo de como gerenciar as nossas obras na região, e aí já se vai no mês de agosto com essa proposta. Então, proponho que a gente venha aqui e traga quais são as demandas da nossa região, sintetizemos tudo para que o governo se posicione de alguma maneira sobre qual o projeto que tem para as demandas atrasadas, qual o projeto que tem para as demandas que forem votadas nesse ano, no que tange a questão de prazos e recursos. Acredito que na questão orçamentária ela vai girar em torno de 70% para demandas novas e 30% para as antigas, mas queremos essas coisas mais concretas para levarmos para a região. Não acredito que nas regiões possa ser feita uma discussão em tempo hábil sobre a LDO e depois levar para votar, mas vamos tentar fazer. E aproveito para convocar o pessoal para estar na reunião de amanhã para que possamos entrar nesse assunto. A data seria dia 25. Obrigado. **CONSELHEIRO DILMAIR DOS SANTOS (Temática da Cultura):**

Vou acompanhar a proposta dos conselheiros que me antecederam, até porque o que tínhamos que discutir em relação ao PPA acho que já discutimos. Há essa questão que tem de ser aprofundada, a respeito dos Pls atrasados. E acompanho a sugestão dos colegas conselheiros, em relação aos dias 23 e 25. Mas há questão que considero importante, e vou-me auxiliar do Regimento Interno, no que diz respeito às competências da coordenação, que diz respeito à organização de um seminário de qualificação sobre a dinâmica do Orçamento Participativo, para o Conselho, até porque houve uma renovação bastante significativa na composição desse Conselho, e considero importante a coordenação pensar sobre isso, uma proposta de data para esse seminário interno, para podermos trocar a nossa experiência, e uma integração entre os Conselheiros mais antigos e os novos. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Essa questão está na pauta da coordenação, está sendo discutida. **CONSELHEIRO DILMAIR DOS SANTOS:**

Fico feliz que esteja sendo discutida, mas temos de definir a data. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Ainda não há uma proposta de data. **CONSELHEIRO OMAR SIQUEIRA (Região Cruzeiro):**

O caso é o seguinte: o Plano Plurianual, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias já forem enviados. Vamos discutir em cima de quê? Qual a região que enviou via Orçamento Participativo demanda para ser executada, em cima do Plano Plurianual e LDO? Então, o que interessa é continuar trabalhando dentro das nossas limitações, mas dentro dessa média que representa o pensamento da nossa população, de acordo com as nossas necessidades e fora do PPA e LDO, porque isso não funciona para nós. Era isso que queria argumentar.

CONSELHEIRO MÁRIO LEITE (Região Extremo-Sul): Quero dar uma sugestão ao governo, e ao mesmo tempo fechando com a proposta do Chiquinho, de deixarmos os dias 23 e 25 para a discussão dos Pls atrasados, e que o governo distribua na próxima reunião o relatório das demandas dos Pls atrasados para todos os conselheiros, inclusive os novos, porque muita gente não tem. Isso quem nos deu foi o Proença no dia 31 de março desse ano. Então, acho que os Conselheiros novos não têm a relação dos Pls atrasados nas suas respectivas regiões. Então, o governo tem que providenciar para começarmos a trabalhar. E que o governo venha com uma proposta mais ou menos nesse percentual que foi falado,

de usar 30% desse PI, não sei, o GPO é que vai ver, vamos cumprir todos os PIs atrasados, o do último ano, não sei, o governo é que tem que fazer a proposta, e não o plenário. Imaginem se as dezesseis regiões fazem propostas diferentes uma das outras, como é que o governo vai cumprir. Vocês é que têm que vir aqui sistematizar e fazer uma proposta. **CONSELHEIRA ROSMARI DE CASTILHOS (Rose) (Temática de Cultura):** Quero um esclarecimento, porque a partir do momento em que formos decidir sobre os dias e horários das nossas reuniões, se essa decisão for tomada na próxima reunião eu acho que a discussão desse calendário fica no vazio, porque se definirmos que vamos fazer reuniões uma vez por semana apenas a proposta do calendário fica prejudicada. **CONSELHEIRO NELSON GUIMARÃES (Região Leste):** O número de reuniões mensais está definido no regimento interno que, pelo que sei, só se modifica em dezembro. Então, não temos que discutir a quantidade de reuniões aqui, porque o Regimento é bem claro, são duas reuniões por semana. Não vejo por que essa discussão sobre datas. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** O Regimento diz que na primeira reunião têm que ser definidas as datas e horários das reuniões. As reuniões podem até mesmo ser feitas segundas e terças feiras pela manhã, se aqui for decidido assim. A proposta para os dias 09, 11, 16 e 18 já tem consenso. Então, temos que votar a proposta do dia 23 – PPA, Saúde e demandas atrasadas, deixando ainda em aberto para se houver necessidade da continuidade da votação das comissões. **CONSELHEIRO DILMAIR DOS SANTOS (Temática de Cultura) (Questão de Ordem):** Solicito a verificação de quorum. **CONSELHEIRO NELSON GUIMARÃES (Região Leste):** Vou fazer a retirada da minha proposta para acompanhar o raciocínio do Chiquinho, e deixar a minha proposta para o mês seguinte e para discutirmos a questão dos PIs atrasados. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Então está retirada a proposta da Saúde. **JUNINHO (Secretaria do Conselho):** Vamos proceder à verificação de quorum. *(Constatada a existência de quorum para a continuidade dos trabalhos.)* **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Com a retirada da proposta quanto à Saúde temos duas propostas, ou PPA ou demandas atrasadas. Quem vota para a pauta da proposta do PPA dias 23 e 25 levanta o braço. (Pausa.) Quem vota para que a pauta sejam as demandas atrasadas levanta o braço. (Pausa.) *(Feita a verificação dos votos foi aprovada a pauta com as demandas atrasadas para os dias 23 e 25 próximos.)* E no dia 30 é a reunião de Conselheiros. **MARLENE DE OLIVEIRA (Coordenadora):** Quero dizer que na quinta-feira a coordenação estará reunida para trazer proposta a respeito da realização do seminário. E também queremos dizer que na semana que vem é a última discussão da LDO. Então, solicito que todos sejamos mais sucintos nos nossos informes para que possamos discutir a LDO. **RICARDO ERIG (Gabinete de Programação Orçamentária):** Boa noite. Essa é a nossa quinta, ou sexta reunião que falamos nesse Conselho sobre a lei de Diretrizes Orçamentárias. E vou começar a fazer alguns esclarecimentos que foram solicitados pela Conselheira Malu, da Temática de Educação, Esporte e Lazer, que me entregou na quinta-feira passada, por escrito, porque assim eu havia solicitado. Eu disse a vocês que o anexo 1, apresentado na proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias, muitos dos quesitos apresentavam unidades de medidas, mas há alguns que ficaram faltando. No GPO estamos tabulando isso. No PPA vamos colocar uma coluna paralela, depois das metas, com as unidades de medidas, para esclarecer qualquer dúvida. A Conselheira Malu fez um questionamento, de que

como a cidade possui 99,5% de água tratada, e também questionou quanto à questão do esgoto, e pergunta para onde iriam os investimentos destinados na LDO, no Plano Plurianual também. O PPA e a LDO são instrumentos mais genéricos, mais abertos. *(O Conselheiro Omar, fora do microfone, diz que seria uma ficção)*. Não digo que seria uma ficção, há um planejamento, que é tudo aquilo que a gente sonha realizar. Dentro do PPA e LDO demonstramos os objetivos, as diretrizes principais. Então, não é nesse momento que vamos descrever as ruas, as regiões, os bairros, as comunidades que estaremos atendendo especificamente. Isso será feito especificamente na Lei Orçamentária anual, que começamos a discutir em setembro aqui no Conselho. E esse com certeza é o grande momento de incluirmos as demandas específicas das nossas regiões, vilas, das comunidades em geral. Dizer que também é questionado o Programa de Desenvolvimento Municipal, onde tem uma ação chamada Consultoria, onde a Secretaria Municipal de Gestão Estratégica propõe a contratação de uma consultoria que serve justamente para dinamizar os processos internos da prefeitura de Porto Alegre, que infelizmente ainda precisam ser melhorados, também questiona a adoção de uma unidade de medida, de uma ação que é a Construção e Pavimentação de Vias Urbanas. Ela questiona onde serão realizadas essas pavimentações, se serão realizadas de acordo com as demandas das regiões e das temáticas do Orçamento Participativo. Ali diz 14 mil. São 14 mil metros de pavimentação em toda cidade. Há outra questão também sobre a Implantação e Intervenção de Instalação de Unidades Habitacionais. São 701 previstas para o ano de 2006. Então são Unidades Habitacionais. Depois, dentro do Programa Integrado Entrada da Cidade fala da questão da mobilização e organização comunitária, onde se pretende atingir uma rede social das comunidades, para articular essas comunidades. E num primeiro momento temos a meta de atingir 3.000 pessoas. Depois, ela fala do questionamento sobre a ação Inclusão Digital, que está no Programa Porto da Inclusão, e tem como meta 50. Ela pergunta “50 o quê?” São 50 telecentros. A Prefeitura de Porto Alegre está propondo a instalação de 50 telecentros, funcionando perfeitamente no ano de 2006. Essa é a meta. Também há um questionamento acerca da implantação dos Comitês Gestores Locais. E aqui quero dizer que no início desse governo aconteceu um grande seminário para o conjunto do Orçamento Participativo, delegados e conselheiros, onde a Secretaria Municipal de Governança Local apresentou toda uma conceituação sobre o que seriam os Centros de Governança Local, então acho que cabe estarmos aqui resgatando esse seminário, encaminhando essa proposta para que os novos conselheiros consigam compreender mais profundamente qual é o intuito da implantação dos Centros de Governança Local. São 16 centros, onde se pretende instalar um em cada região do Orçamento Participativo. Quero deixar claro que os Centros de Governança Local não se sobrepõe ao Orçamento Participativo, mas é um outro braço parceiro que busca a articulação da sociedade organizada, do próprio Orçamento Participativo, junto com os outros conselhos, e também inserir o momento de a gente estar conseguindo entrar em contato diretamente com todos os órgãos da Prefeitura. Nessa semana todos os órgãos indicaram quais seriam os seus representantes dentro desses centros de governança local. Também tem uma questão a respeito da questão da unidade de medida, como é que tínhamos previsto 75 mil pessoas participando do ciclo do Orçamento Participativo. Quero dizer que esse dado foi feito em cima de estimativa que se tinha de governos anteriores. A estimativa de 2004 é que a participação dentro do Orçamento

Participativo seria de 50 mil pessoas, envolvidas diretamente no processo do ciclo, entre reuniões preparatórias, rodadas única e por fora. Também a Conselheira questiona dizendo que no projeto de lei, no art. 9.º, não há citação das instâncias do OP, que há apenas de regiões da cidade. Essa é uma questão que podemos estar incorporando, mas quero deixar claro que não é única e exclusivamente a garantia da participação de Conselho e do OP como um todo, mas como todos os outros conselhos da cidade estão abertos a participar do PPA, da LDO, da Lei de Orçamento anual e de todas as demais questões pertinentes ao Município de Porto Alegre. Estive na região Nordeste no sábado. Os colegas do Gabinete de Programação Orçamentária estiveram na Lomba do Pinheiro. Ontem eu estive no Partenon. Amanhã temos três reuniões em outras regiões da cidade, na quinta temos novamente, na sexta da mesma forma. E também quero dizer que a LDO na realidade dá todas as diretrizes para a Lei do Orçamento, quais os passos a serem seguidos na Lei de Orçamento anual. E percebemos, até no debate com os delegados, com a comunidade, que existe uma certa apreensão por parte da comunidade, que quer saber sobre a sua demanda, a sua rua, o posto de saúde. Na região Nordeste uma pessoa perguntou sobre a ambulância na região. Na realidade esse não é o momento para esse tipo de discussão, porque essas são demandas do Orçamento Participativo que estaremos dando início à análise nos próximos dias, e encaminhando aos órgãos responsáveis. E também dizer que aquelas regiões que ainda não solicitaram a nossa presença que continuamos à disposição, deixando claro que é importante que no dia 15 tenhamos esgotadas essas considerações.

JÚLIO PUJOL (Coordenador): O Lafaiete, do SIMPA, deseja fazer um questionamento.

CONSELHEIRO PAULO LAFAIETE (Sindicato dos Municípios de Porto Alegre): Na LDO não temos nada quanto à parte do funcionalismo. Então, fica essa dúvida em aberto, e já havia solicitado essa informação há mais tempo. **RICARDO ERIG (GPO):** O Governo vem-se reunindo, quase todas as semanas, com o comitê que discute a questão da política salarial dos funcionários do Município de Porto Alegre. Temos tido avanços significativos nesse processo de negociação, mas uma coisa está clara, não tem como o Município, de acordo com a ordem econômica, continuar pagando a bimestralidade, porque isso é totalmente irreal, o município não tem mais como sustentar econômica e financeiramente. Não há uma proposta fechada. Apesar de todos os valores constantes na proposta do PPA e na própria LDO estarem corrigidos pelo IPCA, que é um índice oficial, por enquanto o único reajuste é o IPCA.

CONSELHEIRA MARIA LÚCIA (Malu) (Temática de Educação, Esporte e Lazer): Ontem, na nossa Temática de Educação, tivemos a presença da Luciana, do GPO, e vou repetir as perguntas que fiz a ela. Primeiro, nem no Plano Plurianual, nem na LDO, é citado o EJA, e na nossa Temática a prioridade foi o EJA. A outra questão: no seminário na Câmara, na sexta-feira, tivemos a informação que foi acolhida emenda, pela relatora do PPA, que extingue o bonde da cidadania. Para onde vão os 104 mil? **CONSELHEIRA NEIRACI ESSINGER (Temática de Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Completando a pergunta do Lafaiete, porque também sou funcionária pública municipal aposentada, não pergunto sobre a bimestralidade. Mas esse aumento de abrigos, de atendimentos, de laboratório, quem vai atender? Não tem que aparecer nesse momento um aumento do funcionalismo, um aumento de pessoal para atender isso nesse

momento, ou está tudo incluído nesses números? Aqui diz que atende a tantas crianças, mas quem irá atender a essas crianças, com certeza será um funcionário, e é por isso que pergunto: não tem que aparecer esse aumento nesse momento? Outra dúvida que tenho, e já fiz mil equações, mas não consigo achar a fórmula com que vocês vão chegar a, por exemplo, temos a habitação como prioridade máxima na cidade, então supõe-se que o maior índice de investimentos seja em habitação. Como é que vocês vão pegar esses valores aqui e aplicar nesse bolo todo de demandas de habitação que existe em toda cidade? Não me considero ruim em matemática, mas estou achando difícil, porque o que mais vejo é saúde, é juventude, é não sei o quê. Mas habitação, que é a prioridade maior que tem a cidade, é pouco o que tem aqui. Então, a proporcionalidade está meio estranha. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Temos ainda quatro pedidos de inscrição, e mais ainda a resposta, e temos cinco minutos de tempo. Vamos prorrogar a reunião ou vamos cumprir o tempo? Além disso ainda há um informe da Marlene. (Pausa.) **CONSELHEIRA MARLENE DE OLIVEIRA (Coordenadora):** Na próxima reunião vamos estar entregando o nome das comissões e as pessoas que estiverem interessadas em participar vão colocar os seus nomes à mesa para que possamos encaminhar a votação. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Está encerrada a reunião.